

Editores da Coluna Opinião

06-06-2023

Direitos Humanos nos Boletins do Fórum Intersindical [nº 22, junho 2017]

Os órfãos da Saúde do Trabalhador

Todos os que transitamos pela saúde do trabalhador (ST), seja como dirigentes sindicais, profissionais de saúde, professores e pesquisadores, com sangue vermelho correndo nas veias, sabemos, de há muito tempo, que estamos órfãos. Porque mais órfãos do que nós, estão os trabalhadores que morrem e adoecem cotidianamente no trabalho. Recorrendo ao dicionário, órfão é aquele que está desamparado, que perdeu um protetor, que já não tem alguém que lhe proteja e nem alguém com quem possa contar. Pois é assim a verdade nua e crua. Em nosso país, desde a criação da CLT, governo nenhum deu bola para 'isso'. Desde então, para os sucessivos governos brasileiros, adoecer e morrer no trabalho é apenas uma fatalidade, uma banalidade. Para as empresas, é um problema dos próprios trabalhadores: são eles os culpados por suas desgraças, peças descartáveis de uma engrenagem mortífera. Para definir a postura do empresariado e governantes podemos usar muitas palavras: descaso, omissão, desprezo, indiferença, abandono, desdém... Mas agora, com a proposta de Reforma Trabalhista, engendrada pelo governo, parlamento, empresariado e apoiada fortemente pela mídia ultraliberal, outras palavras podem ser agregadas à orfandade da ST: escárnio, vergonha e, principalmente, cinismo. Por exemplo, é desolador vermos o cinismo de alguns parlamentares afirmando sem titubeio que a Reforma Trabalhista é a solução para o desemprego. Os únicos coelhos que saem da cartola desses cartolas é a precarização do trabalho, cujo resultado é o subemprego, e diversas 'maldades' que vão repercutir, como não podia deixar de ser, na ST. A reforma amplia a orfandade da ST ao quebrar a espinha do movimento sindical. Seja no fim do imposto sindical obrigatório, seja no fim das homologações de demissão, seja na ausência das comissões de trabalhadores, ou ainda, nos acordos que superam a legislação, esse neocapitalismo apocalíptico rasgou, com essa proposta, o mínimo de decência que o empresariado brasileiro, embora muito atrasado, ainda possuía.

Por outro lado, a timidez e tibieza da esquerda que, no poder, nada fez de relevante para a ST, agora, em plena crise, e na oposição, não consegue estabelecer uma estratégia razoável de resistência à Reforma Trabalhista. As razões podem ser várias: sua militância é focada na defesa personalizada de algumas figuras questionáveis em matéria de ética política; grande parte da esquerda, especialmente aquela ligada ao movimento sindical combativo, sustentou historicamente um discurso permanente de crítica à CLT e ao imposto sindical obrigatório; as lideranças ligadas ao movimento sindical que aderiram à máquina dos últimos governos pouco ou nada fizeram em matéria de relações de trabalho mais favoráveis aos trabalhadores; a esquerda perdeu a adesão das 'classes médias' para as suas causas, ao não fazer a leitura de que o país, como um todo, precisa ser passado a limpo, literalmente; o pragmatismo suicida da aliança dos governos progressistas com o setor produtivo mais atrasado e o setor rentista. Em matéria de ST, são incontáveis as questões que poderiam ter sido implementadas por um governo popular com a marca *trabalhador*. Exemplos do que não foi feito em mais de uma década? Exigência de contrapartidas de defesa da vida no trabalho nos financiamentos públicos às empresas; vigilância da saúde nos grandes empreendimentos e no setor de *comodities*, onde os índices de acidentes e mortes de trabalhadores são dramáticos; implementação de políticas públicas de ST no SUS mais proativas e permanentes; combate incessante aos riscos evidentes dos agrotóxicos, do amianto, do benzeno (e outras substâncias químicas), dos acidentes de trabalho graves, do trabalho escravo e infantil; compreensão de que defender a saúde no trabalho é defender a saúde do país. Tampouco, sequer foi discutida alguma mudança na própria CLT, não essa aí para esquartejá-la, mas uma outra que aprimorasse a saúde do trabalhador: impedir que profissionais de segurança e saúde das empresas sejam demitidos sem concordância do sindicato e de órgão público responsável; acabar com a representação patronal de trabalhadores da CIPA [Comissão Interna de Prevenção de Acidentes], mantendo apenas trabalhadores eleitos; garantir a participação sindical nas fiscalizações e, também, nos processos eleitorais da CIPA; rever os limites de tolerância da NR 15; e abrir essa discussão para além da instância burocrática da CTPP [Comissão Tripartite Paritária Permanente] responsável por mexer nas NR.

**As duas políticas de ST no Brasil ainda são
meras peças de retórica.**

**A saúde do trabalhador também está órfã
da esquerda no Brasil.**

■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.